

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	9
DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	16
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	40
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	41

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	42
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	43
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	44
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	45

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	402.202
Preferenciais	384.204
Total	786.406
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	09/04/2014	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,09618
Assembléia Geral Ordinária	09/04/2014	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe R	0,01223
Assembléia Geral Ordinária	09/04/2014	Dividendo		Ordinária		0,06491
Assembléia Geral Ordinária	09/04/2014	Dividendo		Preferencial	Preferencial Classe A	0,06491
Assembléia Geral Ordinária	09/04/2014	Dividendo		Preferencial	Preferencial Classe C	0,06491
Assembléia Geral Ordinária	09/04/2014	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe A	0,09618
Assembléia Geral Ordinária	09/04/2014	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe C	0,09618
Assembléia Geral Ordinária	09/04/2014	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe B	0,03669

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	1.356.921	1.336.353
1.01	Ativo Circulante	82.599	53.634
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	49.736	22.660
1.01.03	Contas a Receber	19.029	18.307
1.01.03.01	Clientes	604	683
1.01.03.01.01	Concessionárias	604	683
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	18.425	17.624
1.01.03.02.01	Rendas a receber	18.425	17.624
1.01.04	Estoques	4.187	4.160
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.822	8.492
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	8.822	8.492
1.01.07	Despesas Antecipadas	819	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	6	15
1.01.08.03	Outros	6	15
1.01.08.03.02	Outros créditos	6	15
1.02	Ativo Não Circulante	1.274.322	1.282.719
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	454	453
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	454	453
1.02.01.09.03	Cauções e depósitos vinculados	454	451
1.02.01.09.04	Outros créditos	0	2
1.02.03	Imobilizado	1.248.672	1.256.876
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.214.277	1.219.312
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	34.395	37.564
1.02.04	Intangível	25.196	25.390
1.02.04.01	Intangíveis	25.196	25.390
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	12.147	12.309
1.02.04.01.02	Intangível em Serviço	383	416
1.02.04.01.03	Intangível em Curso	12.666	12.665

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	1.356.921	1.336.353
2.01	Passivo Circulante	81.790	73.721
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.434	1.988
2.01.01.01	Obrigações Sociais	349	313
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.085	1.675
2.01.02	Fornecedores	2.963	3.708
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.963	3.708
2.01.03	Obrigações Fiscais	9.130	9.803
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	9.112	9.725
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	7.114	0
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	1.998	9.725
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	8	12
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	10	66
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	19.834	10.637
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	19.834	10.637
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	19.834	10.637
2.01.05	Outras Obrigações	43.612	43.209
2.01.05.02	Outros	43.612	43.209
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	38.167	38.167
2.01.05.02.04	Uso do Bem Público	4.103	4.057
2.01.05.02.05	Encargos regulamentares e setoriais	1.009	559
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	333	426
2.01.06	Provisões	3.817	4.376
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	37	37
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	37	37
2.01.06.02	Outras Provisões	3.780	4.339
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	3.780	4.339
2.02	Passivo Não Circulante	144.146	146.418
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	77.510	77.073
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	77.510	77.073
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	77.510	77.073
2.02.02	Outras Obrigações	41.672	41.315
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	102	86
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	85	86
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	17	0
2.02.02.02	Outros	41.570	41.229
2.02.02.02.04	Encargos regulamentares e setoriais	0	368
2.02.02.02.05	Uso do bem público	41.570	40.861
2.02.03	Tributos Diferidos	9.808	13.418
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9.808	13.418
2.02.04	Provisões	15.156	14.612
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.448	7.167
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	70	68
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	737	698
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	6.641	6.401
2.02.04.02	Outras Provisões	7.708	7.445

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	7.708	7.445
2.03	Patrimônio Líquido	1.130.985	1.116.214
2.03.01	Capital Social Realizado	804.459	804.459
2.03.02	Reservas de Capital	14.473	14.473
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	14.473	14.473
2.03.04	Reservas de Lucros	297.232	297.232
2.03.04.01	Reserva Legal	30.690	30.690
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	137.848	137.848
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	34.125	34.125
2.03.04.10	Reserva de Investimento	94.569	94.569
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	14.771	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	50	50

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	51.283	49.128
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-12.926	-11.263
3.02.01	Custo com energia elétrica	-418	-367
3.02.02	Custo de operação	-12.508	-10.896
3.03	Resultado Bruto	38.357	37.865
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.646	-4.206
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.618	-3.625
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-4.523	-3.504
3.04.02.02	Depreciações e Amortizações	-95	-121
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-28	-581
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	33.711	33.659
3.06	Resultado Financeiro	-11.270	-7.087
3.06.01	Receitas Financeiras	772	73
3.06.02	Despesas Financeiras	-12.042	-7.160
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	22.441	26.572
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.670	-8.524
3.08.01	Corrente	-11.280	-11.266
3.08.02	Diferido	3.610	2.742
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	14.771	18.048
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	14.771	18.048
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00961	0,01174
3.99.01.02	PNR	0,00610	0,00746
3.99.01.03	PNA	0,00039	0,00048
3.99.01.04	PNB	0,00012	0,00015
3.99.01.05	PNC	0,00256	0,00313
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,00961	0,01174
3.99.02.02	PNR	0,00610	0,00746
3.99.02.03	PNA	0,00039	0,00048
3.99.02.04	PNB	0,00012	0,00015
3.99.02.05	PNC	0,00256	0,00313

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.02	Outros Resultados Abrangentes	14.771	18.048
4.03	Resultado Abrangente do Período	14.771	18.048

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	27.886	21.427
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	43.528	43.688
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	22.441	26.572
6.01.01.05	Depreciações e amortizações	9.219	9.267
6.01.01.06	Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	0	1
6.01.01.08	Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	8.018	2.305
6.01.01.09	Uso do bem público - atualização monetária e AVP	1.707	1.043
6.01.01.10	Provisão para plano de benefícios pós-emprego	23	25
6.01.01.11	Provisão e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	245	790
6.01.01.12	Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	263	108
6.01.01.13	Ajuste a valor presente	1.616	3.375
6.01.01.16	Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária	219	202
6.01.01.18	Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	-223	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-15.642	-22.261
6.01.02.01	Concessionárias	79	-131
6.01.02.02	Impostos e contribuições sociais compensáveis	-198	-103
6.01.02.03	Rendas a receber	-801	5.155
6.01.02.04	Estoques	-27	-135
6.01.02.05	Cauções e depósitos vinculados	-3	107
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	-819	-580
6.01.02.07	Outros ativos operacionais	11	20
6.01.02.08	Fornecedores	-745	-2.452
6.01.02.09	Outros tributos e contribuições sociais	-7.681	-9.275
6.01.02.10	Benefícios pós-emprego	16	28
6.01.02.11	Obrigações estimadas com pessoal	446	-231
6.01.02.12	Encargos regulamentares e setoriais	-137	-56
6.01.02.13	Provisões	-562	-454
6.01.02.14	Uso do bem público	-952	-897
6.01.02.15	Outros passivos operacionais	-93	107
6.01.02.16	Imposto de renda e contribuição social pagos	-4.176	-13.364
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-826	-744
6.02.01	Adições ao imobilizado e intangível	-826	-744
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	16	-372
6.03.01	Partes relacionadas	16	-372
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	27.076	20.311
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	22.660	6.023
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	49.736	26.334

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	297.232	0	50	1.116.214
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	297.232	0	50	1.116.214
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	14.771	0	14.771
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	14.771	0	14.771
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	297.232	14.771	50	1.130.985

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	290.607	0	0	1.109.539
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	254	-268	-254	-268
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	290.861	-268	-254	1.109.271
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	18.048	0	18.048
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	18.048	0	18.048
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	290.861	17.780	-254	1.127.319

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	57.902	55.421
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	57.076	54.677
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	826	744
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.184	-4.513
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-82	-14
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.059	-2.917
7.02.04	Outros	-1.043	-1.582
7.02.04.01	Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-378	-390
7.02.04.02	Outros custos operacionais	-665	-1.192
7.03	Valor Adicionado Bruto	51.718	50.908
7.04	Retenções	-9.224	-9.293
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-9.224	-9.293
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	42.494	41.615
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	772	73
7.06.02	Receitas Financeiras	772	73
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	43.266	41.688
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	43.266	41.688
7.08.01	Pessoal	2.699	2.060
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.161	1.556
7.08.01.02	Benefícios	419	375
7.08.01.03	F.G.T.S.	119	129
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	13.679	14.317
7.08.02.01	Federais	13.673	14.280
7.08.02.02	Estaduais	6	31
7.08.02.03	Municipais	0	6
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	12.117	7.263
7.08.03.01	Juros	12.042	7.160
7.08.03.02	Aluguéis	75	103
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	14.771	18.048
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	14.771	18.048

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DA COMPANHIA NO PERÍODO DE JANEIRO A MARÇO DE 2014 (*)

(*) Todas as informações apresentadas nesse comentário de desempenho estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações operacionais não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

A COMPANHIA

A Investco S.A. tem como atividade a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (“UHE Lajeado”), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada, e uma energia assegurada anual de 4.613 GWh.

A principal fonte de receita da Companhia é o valor do arrendamento dos ativos da UHE Luiz Eduardo Magalhães, nos termos e condições do Contrato de Arrendamento celebrado entre a Companhia e seus acionistas detentores de ações ordinárias da Companhia; além dessa fonte de receita, a Companhia obtém receita da venda de 1% da energia elétrica gerada pela UHE Luiz Eduardo Magalhães, que corresponde à parcela da concessão de titularidade da Companhia.

A energia elétrica gerada pela UHE Luiz Eduardo Magalhães é utilizada e comercializada pelos respectivos titulares da concessão compartilhada da UHE Luiz Eduardo Magalhães, na condição de “Produtor Independente”, na proporção da participação de cada um deles na concessão, nos termos do Contrato de Concessão.

PRINCIPAIS INDICADORES

Descrição	unidade	Saldos		
		mar/14	dez/13	Var. %
Financeiros				
Ativo total	R\$ mil	1.356.921	1.336.353	1,5%
Patrimônio líquido	R\$ mil	1.130.985	1.116.214	1,3%
Dívida líquida	R\$ mil	47.608	65.050	-26,8%
Dívida líquida/ Patrimônio líquido	vezes	0,04	0,06	-27,8%
Dívida líquida/ EBITDA (12 meses)	vezes	0,29	0,40	-26,8%

Resultados		Janeiro a Março		
		2014	2013	Var. %
Receita Líquida	R\$ mil	51.283	49.128	4,4%
Gastos gerenciáveis	R\$ mil	-17.057	-15.024	13,5%
Gastos não-gerenciáveis	R\$ mil	-515	-445	15,7%
Resultado do serviço (EBIT)	R\$ mil	33.711	33.659	0,2%
EBITDA	R\$ mil	42.930	42.926	0,0%
Resultado financeiro	R\$ mil	-11.270	-7.087	59,0%
Resultado antes de IR e CS	R\$ mil	22.441	26.572	-15,5%
Lucro líquido	R\$ mil	14.771	18.048	-18,2%
Margens				
Margem EBITDA (EBITDA/ receita líquida)	%	83,71%	87,38%	-4,2%
Margem líquida (lucro líquido/ receita líquida)	%	28,80%	36,74%	-21,6%

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO OPERACIONAL

No 1T14, a Investco S.A. que opera e mantém a UHE Lajeado gerou 16,4 GWh, 12,1% superior ao comparado a 14,7 GWh registrado no mesmo período do ano anterior em função do cenário hidrológico favorável, impactando em uma maior disponibilidade de água no 1T14 frente ao 1T13. Frente a este cenário, o ONS efetuou maior despacho da energia na usina UHE Lajeado nos três primeiros meses de 2014, comparado ao mesmo período de 2013.

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

Demonstração do Resultado do Período	mar/14	mar/13	var. %
Receita operacional bruta	57.075	54.677	4,4%
(-) Deduções à receita operacional	-5.792	-5.549	4,4%
(=) Receita operacional líquida	51.283	49.128	4,4%
Gastos não gerenciáveis	-515	-445	15,7%
Energia elétrica comprada para revenda	-75	-13	476,9%
Encargos de uso da rede elétrica	-343	-354	-3,1%
Outros gastos não gerenciáveis	-97	-78	24,4%
Margem bruta	50.768	48.683	4,3%
Gastos gerenciáveis	-7.838	-5.757	36,1%
Pessoal	-3.011	-2.227	35,2%
Materiais e serviços de terceiros	-4.292	-2.476	73,3%
Arrendamentos e aluguéis	-72	-99	-27,3%
Provisões e contingências	69	-503	-113,7%
Outros gastos gerenciáveis	-532	-452	17,7%
EBITDA	42.930	42.926	0,0%
Depreciação e amortização	-9.219	-9.267	-0,5%
Resultado financeiro	-11.270	-7.087	59,0%
Imposto de renda e contribuição social	-7.670	-8.524	-10,0%
Lucro líquido	14.771	18.048	-18,2%

A **Receita Operacional Líquida**, composta, de receita de arrendamento e venda de energia, atingiu R\$ 51,3 milhões em 31 de março de 2014 acréscimo de 4,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. O aumento de R\$ 2,2 milhões é proveniente, principalmente, da aplicação do Coeficiente de Ajuste (CA) existente no cálculo do valor de arrendamento entre os períodos.

Comentário do Desempenho

Os **Gastos Não Gerenciáveis** (energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso do sistema de transmissão) totalizaram R\$ 515 mil no primeiro trimestre do ano de 2014, acréscimo de 15,7% quando comparado aos R\$ 445 mil no mesmo período do ano anterior. O aumento deve-se ao maior preço de energia comprada praticada no primeiro trimestre deste ano.

Os **Gastos Gerenciáveis** compreendidos pelos gastos com pessoal, materiais, serviços de terceiros, outras despesas, provisões para contingências e devedores duvidosos aumentaram R\$ 2,1 milhões ou 36,1% entre os trimestres em função, principalmente, no grupo de serviços nas rubricas de conservação e reparo do sistema elétrico devido à manutenção de equipamentos e na rubrica de meio ambiente em função da postergação dos serviços. Adicionalmente, no grupo de pessoal ocorreu à reversão da provisão de férias contabilizada no 1T13, fato que não ocorreu no 1T14.

Em 31 de março de 2014, o **EBITDA** alcançou R\$ 42,9 milhões, valor praticamente em linha ao 1T13 não apresentando variação entre os trimestres. A variação positiva oriunda da receita líquida foi negativamente impactada pelos maiores gastos gerenciáveis ocorridos entre os trimestres.

O **Resultado Financeiro** encerrado em 31 de março de 2014 totalizou R\$ 11,2 milhões de despesa financeira, aumento de R\$ 4,2 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação é explicada pelos seguintes fatores:

- (i) -R\$ 5,7 MM em virtude da antecipação (de Abril/14 para Março/14) do reconhecimento dos dividendos adicionais das ações preferenciais classes "A", "B" e "C" (CPC 39) deliberados na AGO de 09 de Abril de 2014, cuja realização no ano de 2013 ocorreu no mês de Abril.
- (ii) +R\$ 1,9 MM referente ao complemento da curva de amortização de exercícios anteriores do Ajuste a Valor Presente (AVP) das ações preferências no 1T13, ajuste que não ocorreu neste trimestre;
- (iii) -R\$ 0,7 MM de despesa de atualização monetária e ajuste a valor presente do uso do bem público entre os períodos devido ao maior IGPM em 2014.
- (iv) +R\$ 0,3 MM de receita de aplicação financeira devido ao maior saldo de caixa no 1T14.

No 1T14, a Companhia apresentou um **Lucro Líquido** de R\$ 14,8 milhões, 18,2% inferior frente ao mesmo período do ano anterior, principalmente, em função da maior de despesa financeira explicada anteriormente.

Comentário do Desempenho

ENDIVIDAMENTO

Endividamento	mar/14	dez/13	var.%
Dívida bruta	97.344	87.710	10,98%
(-) Disponibilidades	-49.736	-22.660	119,49%
(=) Dívida líquida	47.608	65.050	-26,81%

A dívida bruta totalizou R\$ 97,4 milhões em 31 de março de 2014, aumentando o seu saldo em R\$ 9,6 milhões, cuja composição, na sua totalidade, corresponde ao ajuste a valor presente das ações preferenciais A, B e C conforme item 19 do CPC 39 classificados como encargos de dívidas.

A dívida líquida, considerando o valor de R\$ 49,8 milhões de caixa e disponibilidades, alcançou R\$ 47,6 milhões em 31 de março de 2014, decréscimo de 26,8% em relação a dezembro de 2013. A redução da dívida líquida é resultado do aumento do saldo de caixa em R\$ 27,1 MM, superior ao impacto do aumento do saldo de ações preferenciais (dívida bruta) em R\$ 9,6 MM.

A relação dívida líquida/EBITDA encerrou o período em 0,29 vezes frente a 0,40 vezes em dezembro de 2013 e 0,31 vezes em 31 de março de 2013.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/03/2014	31/12/2013
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	49.736	22.660
Rendas a receber	5	18.425	17.624
Concessionárias	4	604	683
Impostos e contribuições sociais	6	8.822	8.492
Estoques		4.187	4.160
Despesas pagas antecipadamente		819	
Outros créditos		6	15
		<u>82.599</u>	<u>53.634</u>
Não circulante			
Cauções e depósitos vinculados		454	451
Outros créditos			2
		<u>454</u>	<u>453</u>
Imobilizado	9	1.248.672	1.256.876
Intangível	10	25.196	25.390
		<u>1.273.868</u>	<u>1.282.266</u>
Total do ativo		<u>1.356.921</u>	<u>1.336.353</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
 (Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/03/2014	31/12/2013
Circulante			
Fornecedores		2.963	3.708
Impostos e contribuições sociais	6	9.130	9.803
Dividendos		38.167	38.167
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	11	19.834	10.637
Benefícios pós-emprego	12	37	37
Obrigações estimadas com pessoal		2.434	1.988
Encargos regulamentares e setoriais	13	1.009	559
Uso do bem público	14	4.103	4.057
Provisões	15	3.780	4.339
Outras contas a pagar		333	426
		<u>81.790</u>	<u>73.721</u>
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	9.808	13.418
Empréstimos e financiamentos	11	77.510	77.073
Benefícios pós-emprego	12	737	698
Partes relacionadas	8	102	86
Encargos regulamentares e setoriais	13		368
Uso do bem público	14	41.570	40.861
Provisões	15	14.419	13.914
		<u>144.146</u>	<u>146.418</u>
Patrimônio Líquido			
Capital social	16.1	804.459	804.459
Reservas de capital		14.473	14.473
Reservas de lucros		297.232	297.232
Outros resultados abrangentes		50	50
Lucros acumulados		14.771	
		<u>1.130.985</u>	<u>1.116.214</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.356.921</u>	<u>1.336.353</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO
 (Em milhares de reais)

	Nota	2014	2013
Receitas	17	51.283	49.128
Custo da produção e do serviço de energia elétrica			
Custo do serviço de energia elétrica	18		
Energia elétrica comprada para revenda		(75)	(13)
Encargos de uso da rede elétrica		(343)	(354)
		<u>(418)</u>	<u>(367)</u>
Custo de operação	18		
Pessoal		(1.596)	(1.158)
Materiais e serviços de terceiros		(1.771)	(556)
Depreciações e amortizações		(9.124)	(9.146)
Outros custos de operação		(17)	(36)
		<u>(12.508)</u>	<u>(10.896)</u>
		<u>(12.926)</u>	<u>(11.263)</u>
Custo do serviço prestado a terceiros			
Lucro bruto		<u>38.357</u>	<u>37.865</u>
Despesas e Receitas operacionais	18		
Despesas gerais e administrativas		(4.523)	(3.504)
Depreciações e amortizações		(95)	(121)
Outras despesas e receitas operacionais		(28)	(581)
		<u>(4.646)</u>	<u>(4.206)</u>
Resultado antes de resultado financeiro e tributos		<u>33.711</u>	<u>33.659</u>
Receitas financeiras		772	73
Despesas financeiras		(12.042)	(7.160)
Resultado financeiro	19	<u>(11.270)</u>	<u>(7.087)</u>
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		<u>22.441</u>	<u>26.572</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(11.280)	(11.266)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		3.610	2.742
	20	<u>(7.670)</u>	<u>(8.524)</u>
Resultado líquido do período		<u>14.771</u>	<u>18.048</u>
Resultado por ação atribuível aos acionistas			
Resultado básico por ação (Reais / Ação)	21		
ON		0,00961	0,01174
PNR		0,00610	0,00746
PNA		0,00039	0,00048
PNB		0,00012	0,00015
PNC		0,00256	0,00313
Resultado diluído por ação (Reais / Ação)	21		
ON		0,00961	0,01174
PNR		0,00610	0,00746
PNA		0,00039	0,00048
PNB		0,00012	0,00015
PNC		0,00256	0,00313

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO
 (Em milhares de reais)

	2014	2013
Resultado líquido do período	14.771	18.048
Resultado abrangente do período	14.771	18.048

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO
 (Em milhares de reais)

	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais		Reclassificado
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	22.441	26.572
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	9.219	9.267
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		1
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	8.018	2.305
Uso do bem público - atualização monetária e AVP	1.707	1.043
Provisão para plano de benefícios pós-emprego	23	25
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	245	790
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	263	108
Ajuste a valor presente	1.616	3.375
Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária	219	202
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(223)	
	43.528	43.688
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Concessionárias	79	(131)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(198)	(103)
Estoques	(27)	(135)
Cauções e depósitos vinculados	(3)	107
Despesas pagas antecipadamente	(819)	(580)
Rendas a receber	(801)	5.155
Outros ativos operacionais	11	20
	(1.758)	4.333
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	(745)	(2.452)
Outros tributos e contribuições sociais	(7.681)	(9.275)
Benefícios pós-emprego	16	28
Obrigações estimadas com pessoal	446	(231)
Encargos regulamentares e setoriais	(137)	(56)
Provisões	(562)	(454)
Uso do bem público	(952)	(897)
Outros passivos operacionais	(93)	107
	(9.708)	(13.230)
Caixa proveniente das atividades operacionais	32.062	34.791
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.176)	(13.364)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	27.886	21.427
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao Imobilizado e Intangível	(826)	(744)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(826)	(744)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	16	(372)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades financiamento	16	(372)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	27.076	20.311
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	49.736	26.334
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	22.660	6.023
	27.076	20.311

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014 e 2013
 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	804.459	14.473	290.607	-	-	1.109.539
Ajuste de períodos anteriores			254	(254)	(268)	(268)
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (Reclassificado)	804.459	14.473	290.861	(254)	(268)	1.109.271
Lucro líquido do período					18.048	18.048
Saldos em 31 de março de 2013	804.459	14.473	290.861	(254)	17.780	1.127.319

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	804.459	14.473	297.232	50	-	1.116.214
Lucro líquido do período					14.771	14.771
Saldos em 31 de março de 2014	804.459	14.473	297.232	50	14.771	1.130.985

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO
 (Em milhares de reais)

	2014	2013
Geração do valor adicionado	57.902	55.421
Receita operacional	57.076	54.677
Receita relativa à construção de ativos próprios	826	744
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(6.184)	(4.513)
Custos da energia comprada	(82)	(14)
Encargos de uso da rede elétrica	(378)	(390)
Materiais	(1.306)	(260)
Serviços de terceiros	(3.753)	(2.657)
Outros custos operacionais	(665)	(1.192)
Valor adicionado bruto	51.718	50.908
Retenções		
Depreciações e amortizações	(9.224)	(9.293)
Valor adicionado líquido produzido	42.494	41.615
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	772	73
Valor adicionado total a distribuir	43.266	41.688
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	2.161	1.556
Benefícios	419	375
FGTS	119	129
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	13.673	14.280
Estaduais	6	31
Municipais		6
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	12.042	7.160
Aluguéis	75	103
	28.495	23.640
Lucros retidos	14.771	18.048
	43.266	41.688

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Investco S.A. (Companhia ou Investco), sociedade anônima de capital aberto, controlada direta da Lajeado Energia S.A. (Lajeado Energia) e controlada final da EDP - Energias do Brasil S.A., com sede em Tocantins, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (Contrato de Concessão).

1.1 Concessão

A Companhia detém parte do Contrato de Concessão de exploração dos ativos da referida usina pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW e assegurada de 823,3 MW.

A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Lajeado Energia S.A., titular de 72,27%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Investco, titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto com a Investco, são as concessionárias da UHE Lajeado.

Da potência e energia asseguradas, as concessionárias da UHE Lajeado deverão destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição. Caso as concessionárias não consigam entregar essa quantidade de energia, deverão ressarcir os agentes de mercado com os quais tem compromissos.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas participações.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Nota 5), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, além da receita auferida pela comercialização da energia elétrica na proporção de sua participação, a Companhia tem como fonte de receita o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado.

1.1.1 Uso do bem público

Como pagamento pelo uso do bem público, objeto do Contrato de Concessão, a Companhia recolhe à União, desde a entrada em operação da primeira unidade geradora e enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R\$1.045, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão (Nota 14).

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplicará, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria (Nota 13.1).

2 Base de preparação e práticas contábeis

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias individuais foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão das informações contábeis intermediárias em 6 de maio de 2014.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social em 31 de dezembro de 2013.

Algumas notas explicativas não estão sendo apresentadas no sentido de evitar repetições de informações já divulgadas nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2013. Consequentemente, estas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais publicadas em 26 de fevereiro de 2014. Segue abaixo a relação das notas explicativas nessa situação:

Número da Nota	Título da Nota explicativa	Justificativa
2.2	Resumo das principais práticas contábeis	(a)
2.3	Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas	(a)
10	Estoques	(b)
11	Cauções e depósitos vinculados	(b)
15	Dividendos	(b)
14	Fornecedores	(b)
20	Obrigações estimadas com pessoal	(b)
22.3	Reservas	(b)
31	Cobertura de Seguros	(b)
32	Meio Ambiente	(b)

(a) Nota explicativa idêntica à divulgada nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2013.

(b) Não houve alteração no contexto da nota explicativa, sendo as variações dos valores referentes ao período findo em 31 de março de 2014 considerados imateriais pela Administração da Companhia

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.1.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Reclassificações dos períodos anteriores

2.2.1 Demonstração do fluxo de caixa

Reclassificação para melhor apresentação dos saldos contábeis: da rubrica de Despesas pagas antecipadamente no valor de R\$196, anteriormente alocadas nas atividades operacionais para ajuste ao resultado do período.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2014	31/12/2013
Bancos conta movimento	9.547	12.507
Aplicações financeiras - renda fixa	40.189	10.153
Total	<u>49.736</u>	<u>22.660</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários e Debêntures remunerados a taxas que variam de 93,00% a 100,50% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 22.

4 Concessionárias

	Saldos vincendos	Vencidos há mais de 90 dias	Total	PCLD	Saldo líquido em	
					31/03/2014	31/12/2013
Circulante						
Concessionárias						
Suprimento de energia elétrica	514		514		514	528
Energia de curto prazo	40		40		40	106
Encargos de uso da rede elétrica	50		50		50	49
	<u>604</u>	-	<u>604</u>	-	<u>604</u>	<u>683</u>
Total Circulante	<u>604</u>	-	<u>604</u>	-	<u>604</u>	<u>683</u>
Não circulante						
Concessionárias						
Energia de curto prazo		15	15	(15)	-	-
	-	15	15	(15)	-	-
Total Não Circulante	-	<u>15</u>	<u>15</u>	<u>(15)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

O saldo em 31 de março de 2014 é composto por valores a vencer e a Companhia entende que a PCLD constituída no Não circulante é suficiente para refletir a expectativa de perdas.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 22.

5 Rendas a receber

	31/03/2014	31/12/2013
Lajeado Energia	13.450	12.866
Paulista Lajeado Energia	1.290	1.233
CEB Lajeado	<u>3.685</u>	<u>3.525</u>
	<u>18.425</u>	<u>17.624</u>

Refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, no qual a Companhia arrendou às demais concessionárias do Consórcio Usina Lajeado, sendo Lajeado Energia, Paulista Lajeado Energia e CEB Lajeado, frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Notas 1 e 8).

O contrato de arrendamento foi aditado em 2009, objetivando assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,83% corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo, são valores projetados. Decorrido o período, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo o objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente e ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

6 Impostos e contribuições sociais

	Saldo em 31/12/2013	Adição	Atualização monetária	Adianta- mentos / Pagamen- tos	Transfe- rência	Saldo em 31/03/2014
Ativo - Compensáveis						
Imposto de renda e contribuição social	8.048		223	4.176	(3.730)	8.717
PIS e COFINS	-	101			(101)	-
IRRF sobre aplicações financeiras	436	97			(436)	97
Outros	8					8
Total	8.492	198	223	4.176	(4.267)	8.822
Circulante						
Total	8.492					8.822
Passivo - a recolher						
Imposto de renda e contribuição social	-	11.280			(4.166)	7.114
ICMS sobre diferencial de alíquota	12	136		(140)		8
PIS e COFINS	1.546	5.280		(5.014)	(101)	1.711
ISS	66	38		(94)		10
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros	20	102		(114)		8
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	22	28		(28)		22
IRRF sobre juros s/ capital próprio	7.701			(7.701)		-
Encargos com pessoal	436	739		(918)		257
Total	9.803	17.603	-	(14.009)	(4.267)	9.130
Circulante						
Total	9.803					9.130

7 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo passivo de R\$9.808, é saldo líquido que considera a existência de créditos fiscais diferidos no valor de R\$13.232, incidentes sobre diferenças temporárias, sobre as quais foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos períodos, no prazo máximo de 10 anos.

7.1 Composição e base de cálculo

Natureza dos créditos	Nota	Passivo Não Circulante			Resultado	
		31/03/2014		31/12/2013	2014	2013
		IRPJ	CSLL	Total	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
Diferenças Temporárias						
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(4)	(1)	(5)	(5)	
Benefício pós-emprego		(192)	(69)	(261)	(246)	18
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		(1.152)	(415)	(1.567)	(1.484)	739
Total diferenças temporárias		(1.348)	(485)	(1.833)	(1.735)	757
Diferenças Temporárias - RTT						
Licenças ambientais - CPC 25		1.943	699	2.642	2.569	(73)
Uso do bem público - CPC 25		(8.382)	(3.017)	(11.399)	(11.087)	104
Valor justo do Ativo Financeiro Indenizável - ICPC 01 (R1)				-		
Instrumentos financeiros - CPC 39	7.1.1	14.998	5.400	20.398	23.671	1.927
Total diferenças temporárias - RTT		8.559	3.082	11.641	15.153	1.985
Total Passivo Diferido		7.211	2.597	9.808	13.418	
Receita/Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos					3.610	2.742

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos do período foi registrada em contrapartida a crédito do resultado do período em R\$3.610.

7.1.1 Instrumentos financeiros - CPC 39

As diferenças temporárias provenientes de Instrumentos financeiros - CPC 39, referem-se ao ajuste a valor presente das Ações preferenciais resgatáveis A, B e C conforme item 19 do CPC 39 (Nota 11).

8 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para suas controladoras, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do período, estão apresentadas como segue:

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo Circulante		Passivo Não circulante		Resultado Operacional	
				31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013	2014	2013
Concessionárias									
Venda de energia elétrica									
EDP Bandeirante	Controle Comum	143,1	01/08/2002 a 15/12/2032	163	154	-	-	436	464
EDP Bandeirante	Controle Comum	143,1	01/08/2005 a 15/12/2023	5	4	-	-	43	13
				168	158	-	-	479	477
Rendas a receber									
Arrendamento UHE Lajeado									
Lajeado Energia	Controladora direta			13.450	12.866	-	-	36.619	35.027
CEB Lajeado	Acionista não controlador		15/01/1998 a 15/01/2033	3.685	3.525	-	-	10.033	9.597
Paulista Lajeado	Acionista não controlador			1.290	1.233	-	-	3.511	3.359
				18.425	17.624	-	-	50.163	47.983
Partes relacionadas									
Compartilhamento de gastos com gestores corporativos									
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta		01/07/2012 até emissão de nova Resolução da ANEEL			63	67	(171)	(229)
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel									
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta		01/01/2011 a 31/12/2014			22	19	(61)	(36)
Prestação de serviços de consultoria ambiental									
Energist	Controle Comum		29/09/2011 a 28/09/2014			17	17	(54)	(48)
				-	-	102	86	(286)	(313)
				18.593	17.782	102	86	50.356	48.147

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os contratos de compartilhamento entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos: Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos e Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura:

a) Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos: A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil S.A., controladora da Companhia, é responsável pela contratação dos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas.

A distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da *Holding* que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico e a apropriação é efetuada em função das atividades realizadas para cada contraparte por meio do *timesheet* .

Os Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de gastos foram anuídos por meio do Despacho ANEEL nº 205, de 25 de janeiro de 2013.

Atualmente, a ANEEL está analisando o tema compartilhamento de recursos humanos no âmbito da Consulta Pública nº 12/2013, cujo período de contribuições encerrou-se em 31 de dezembro de 2013. Quando da publicação do resultado, as empresas terão um prazo para submeterem novo pedido de compartilhamento para anuência e o contrato vigente ficará prorrogado até a deliberação da ANEEL.

b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: Em 14 de abril de 2011, a ANEEL por meio do Despacho nº 1.598 anuiu os Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura que têm por objeto a distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais e gastos de telecomunicações entre as seguintes empresas: (i) Sede em São Paulo - SP tendo como Contratada a EDP - Energias do Brasil e Contratantes a EDP Escelsa, EDP Bandeirante e Energest; (ii) Centro Operativo em Serra – ES tendo como Contratada a EDP Escelsa e Contratante a Energest, EnerPrev, Santa Fé, EDP GRID e EDP Renováveis; (iii) Escritório em Campo Grande – MS tendo como Contratada a Energest e Contratante a Pantanal. Estes contratos tem vigência de 48 meses a partir de 1º de janeiro de 2011.

As alterações nos percentuais de rateio são submetidas anualmente à anuência prévia da ANEEL.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 23.2).

8.1 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Companhia é a Lajeado Energia S.A. e a controladora final é a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A..

8.2 Remuneração dos administradores

8.2.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao período findo em 31 de março de 2014:

Conselho de Administração

Remuneração Fixa: 100%

Diretoria

Remuneração Fixa: 100%

Conselho Fiscal

Remuneração Fixa: 100%

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

8.2.2 Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal pagos pela Companhia no período findo em 31 de março de 2014 (em R\$).

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	1 (*)	2 (**)	5 (***)	8
Remuneração fixa (em R\$)	19.001	80.503	27.000	126.504
Salário ou pró-labore	15.834	67.086	22.500	105.420
Encargos sociais	3.167	13.417	4.500	21.084
Valor Total da remuneração	19.001	80.503	27.000	126.504

(*) Das 3 posições do Conselho de Administração, apenas 1 membro é remunerado. A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração é de até R\$100.000,00 para o período de abril de 2013 a março de 2014, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 8 de abril de 2013.

(**) Das 7 posições da Diretoria Estatutária, apenas 2 membros são remunerados. A remuneração anual global da Diretoria é de até R\$ 300.000,00, para o período de abril de 2013 a março de 2014, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 8 de Abril de 2013.

(***) Das 5 posições do Conselho Fiscal, todos os membros são remunerados. A remuneração anual global dos membros do Conselho Fiscal é de até R\$108.000,00 para o período de abril de 2013 a março de 2014, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 8 de abril de 2013.

8.2.3 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal referente ao período findo em 31 de março de 2014 (em R\$).

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros	1	2	5
Valor da maior remuneração individual	15.834	44.724	4.500
Valor da menor remuneração individual	15.834	22.362	4.500
Valor médio da remuneração individual	15.834	33.543	4.500

9 Imobilizado

	31/03/2014				31/12/2013			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		114.510		114.510		114.510		114.510
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	684.543	(155.393)	529.150	2,00	684.269	(151.985)	532.284
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,23	332.586	(91.379)	241.207	3,22	332.236	(89.516)	242.720
Máquinas e equipamentos	4,52	400.220	(123.552)	276.668	4,51	405.408	(128.975)	276.433
Veículos	14,29	855	(779)	76	14,29	839	(775)	64
Móveis e utensílios	6,25	6		6	6,25			-
		1.532.720	(371.103)	1.161.617		1.537.262	(371.251)	1.166.011
Sistema de transmissão associada								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	8.328	(3.983)	4.345	3,33	8.328	(3.913)	4.415
Máquinas e equipamentos	3,40	72.883	(25.277)	47.606	3,40	72.883	(24.661)	48.222
		81.211	(29.260)	51.951		81.211	(28.574)	52.637
Administração								
Máquinas e equipamentos	10,30	527	(286)	241	10,34	439	(273)	166
Veículos	14,29	677	(348)	329	14,29	677	(323)	354
Móveis e utensílios	6,25	395	(256)	139	6,25	389	(245)	144
		1.599	(890)	709		1.505	(841)	664
Total do Imobilizado em serviço		1.615.530	(401.253)	1.214.277		1.619.978	(400.666)	1.219.312
Imobilizado em curso								
Geração								
Terrenos (Nota 15.1.1.2)		14.305		14.305		14.305		14.305
Outros		20.090		20.090		23.259		23.259
Total do Imobilizado em curso		34.395	-	34.395		37.564	-	37.564
Obrigações vinculadas à concessão								
Total do Imobilizado		1.649.925	(401.253)	1.248.672		1.657.542	(400.666)	1.256.876

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A movimentação do imobilizado no período é a seguinte:

	Valor líquido		Transferên- cia para imobilizado em serviço	Deprecia- ções	Reclassifica- ção	Valor líquido	
	31/12/2013	Ingressos				31/03/2014	
Imobilizado em serviço							
Terrenos	114.510						114.510
Reservatórios, barragens e adutoras	532.284		273	(3.407)			529.150
Edificações, obras civis e benfeitorias	247.135		350	(1.932)			245.553
Máquinas e equipamentos	324.821		3.350	(3.656)	(1)		324.514
Veículos	418		15	(28)			405
Móveis e utensílios	144		6	(6)	1		145
Total do imobilizado em serviço	1.219.312	-	3.994	(9.029)	-		1.214.277
Total do imobilizado em curso	37.564	825	(3.994)				34.395
Total do imobilizado	1.256.876	825	-	(9.029)	-		1.248.672
Total líquido	1.256.876	825	-	(9.029)	-		1.248.672

Para o período findo em 31 de março de 2014 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, em 31 de março de 2014, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de proceder o teste de recuperabilidade dos ativos pela Administração da Companhia.

10 Intangível

	31/03/2014				31/12/2013			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,22	20.137	(7.990)	12.147	3,22	20.137	(7.828)	12.309
		20.137	(7.990)	12.147		20.137	(7.828)	12.309
Sistema de transmissão associada								
Servidão permanente		111		111		111		111
		111	-	111		111	-	111
Administração								
Software	20,00	1.441	(1.169)	272	20,00	1.441	(1.136)	305
		1.441	(1.169)	272		1.441	(1.136)	305
Total do Intangível em Serviço		21.689	(9.159)	12.530		21.689	(8.964)	12.725
Intangível em curso								
Geração		12.510		12.510		12.510		12.510
Administração		156		156		155		155
Total do Intangível em Curso		12.666	-	12.666		12.665	-	12.665
Total do Intangível		34.355	(9.159)	25.196		34.354	(8.964)	25.390

A movimentação do intangível no período é a seguinte:

	Valor líquido		Amortiza- ções	Valor líquido	
	31/12/2013	Ingressos		31/03/2014	
Intangível em serviço					
Software	305		(33)	272	
Servidão permanente	111			111	
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	12.309		(162)	12.147	
Intangível em curso					
Outros Intangíveis em curso	12.665	1		12.666	
Total do Intangível	25.390	1	(195)	25.196	

Software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por aquisições das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização do software, com vida útil definida, amortizado à taxa de 20% a.a., calculado pelo método linear.

Servidão permanente são direitos de passagem para linhas de conexão e de transmissão associadas à geração de energia da Companhia, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel. Como são permanentes, não são amortizadas.

Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP é constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão e está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão.

Do montante de R\$12.666, relativo ao Intangível em curso, R\$12.450 refere-se a gastos com estudos, engenharia, geologia, topografia, hidrologia, meio ambiente do projeto de viabilidade da UHE – Tupirantins. Este projeto está incluído no plano estratégico da Bacia Hidrográfica dos Rios Tocantins-Araguaia, cujo registro encontra-se ativo e homologado junto à ANEEL. Os estudos de engenharia foram entregues à ANEEL e os estudos ambientais estão aguardando a autorização dos órgãos competentes, para a liberação da área impactada pelo empreendimento, para realização do levantamento relativo à população indígena.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

11.2 Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no período:

	Valor líquido em 31/12/2013	Juros provisionados	Transferências	Ajuste a valor presente	Valor líquido em 31/03/2014
Circulante					
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas					
Juros	10.637	8.018	1.179		19.834
	<u>10.637</u>	<u>8.018</u>	<u>1.179</u>	<u>-</u>	<u>19.834</u>
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas					
Principal	32.245			680	32.925
Juros	44.828		(1.179)	936	44.585
	<u>77.073</u>	<u>-</u>	<u>(1.179)</u>	<u>1.616</u>	<u>77.510</u>

Os juros provisionados no valor de R\$8.018 referem-se aos dividendos destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A" e "C", conforme descrito nos artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Companhia.

11.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos):

Vencimento	Tipo de Moeda Nacional
Circulante	
2014	19.834
	<u>19.834</u>
Não circulante	
2015	4.342
2016	3.995
2017	3.675
2018	3.381
2019	3.110
2020 até 2024	12.193
2025 até 2029	8.034
2030 até 2033	38.780
	<u>77.510</u>
Total	<u>97.344</u>

12 Benefícios pós-emprego

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e benefício de Assistência médica derivado da Lei nº 9.656/98.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12, a contabilização dos passivos oriundos de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desse benefício, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

	Circulante		Não circulante	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Assistência médica e seguro de vida	29	29	737	698
Previdência Privada	2	2		
Previdência Privada - EnerPrev	6	6		
	<u>37</u>	<u>37</u>	<u>737</u>	<u>698</u>

12.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão: Contribuição definida

A EnerPrev é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que foi constituída no final do exercício de 2006 para administrar de forma centralizada os planos de previdência complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil. A EnerPrev administra um plano de benefícios do tipo Contribuição Definida próprio cadastrado no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios - CNPB na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e a Companhia administra um plano PGBL, este contratado por meio do Bradesco Vida e Previdência S.A., não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. O plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme regulamento do plano.

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribuiu no período com R\$27 (R\$18 em 31 de março de 2013).

Esse plano tem a adesão de 31 colaboradores.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

12.2 Assistência médica Lei nº 9.656/98: Benefício Definido

De acordo com a Lei nº 9.656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos Planos de Assistência à Saúde. O modelo atual da Companhia, assinado em 14 de abril de 2005 com a Unimed, está enquadrado nesta legislação.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2013 demonstrou uma obrigação presente para este plano do tipo Benefício definido. Segue abaixo a movimentação para este plano no período:

	Saldo em 31/12/2013	Despesa Operacional reconhecida no período	Despesa Financeira reconhecida no período	Saldo em 31/03/2014
Assistência médica e seguro de vida	727	16	23	766
	<u>727</u>	<u>16</u>	<u>23</u>	<u>-</u>

13 Encargos regulamentares e setoriais

	Nota	Saldo em 31/12/2013	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos	Transferên- cias	Saldo em 31/03/2014
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		41	93		(75)		59
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	13.1	885	513	14	(299)	(164)	949
Taxa de fiscalização - ANEEL		1	4		(4)		1
Total		<u>927</u>	<u>610</u>	<u>14</u>	<u>(378)</u>	<u>(164)</u>	<u>1.009</u>
Circulante		559					1.009
Não circulante		368					
Total		<u>927</u>					<u>1.009</u>

13.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Os valores das obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia, são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. O programa de P&D é regulamentado por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 316/08, aplicada até outubro de 2012, alterada pela Resolução Normativa nº 504/12. O saldo líquido em 31 de março de 2014 no montante de R\$949 (R\$885 em 31 de dezembro de 2013) contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes ao programa.

14 Uso do bem público

A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Lajeado, paga à União ao longo do prazo da vigência do contrato de concessão, parcelas mensais equivalentes a um doze avos do montante anual definido no contrato, atualizados com base na variação anual do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo).

Em 31 de março de 2014 todas as parcelas encontram-se segregadas no circulante e não circulante não tendo ocorrido, no período, pendências de pagamento.

O valor justo total da obrigação relacionada com o Uso do bem público até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Ativo intangível (Nota 10) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do Uso do bem público foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e, para a apuração do valor justo, foi considerado o CPC 38.

Segue abaixo movimentação no período:

	Saldos em 31/12/2013	Ajuste a Valor Presente	Encargos e atualiza- ções monetárias	Amortiza- ções	Transferên- cias	Saldo em 31/03/2014
Circulante						
Uso do bem público	4.057	(1)	48	(952)	951	4.103
	<u>4.057</u>	<u>(1)</u>	<u>48</u>	<u>(952)</u>	<u>951</u>	<u>4.103</u>
Não Circulante						
Uso do bem público	40.861	(78)	1.738	-	(951)	41.570
	<u>40.861</u>	<u>(78)</u>	<u>1.738</u>	<u>-</u>	<u>(951)</u>	<u>41.570</u>

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

15 Provisões

Nota	Circulante		Não circulante	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	15.1		8.211	7.969
Licenças ambientais	15.2	3.780	4.339	6.208
Total		3.780	4.339	14.419
				13.914

15.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

15.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo					Ativo			
	Instâncias	Saldo em 31/12/2013	Adições	Baixas		Atualizações Monetárias	Saldo em 31/03/2014	Depósito Judicial	
				Pagamentos	Reversões			31/03/2014	31/12/2013
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	68				3	71	378	373
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm	6.401	2	(3)	(71)	311	6.640	30	31
Outros		1.500					1.500		
Total		7.969	2	(3)	(71)	314	8.211	408	404
Não circulante		7.969					8.211	408	404
Total		7.969					8.211	408	404

15.1.1.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, reintegração, verbas rescisórias e seus reflexos.

15.1.1.2 Cíveis

Indenizações

As ações judiciais de natureza cível - indenizações referem-se, em sua grande maioria, às indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Companhia por conta do citado enchimento.

Desapropriações

Referem-se a ações judiciais de natureza cível, decorrentes de indenização a título de desapropriação propostas pela Companhia para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Companhia e o valor pretendido pelo expropriado. O saldo dos Depósitos judiciais em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é de R\$14.305 e estão registrados no Imobilizado em curso - Terrenos (Nota 9).

15.1.1.3 Outros

Referem-se a honorários de êxito junto a assessores jurídicos pelas diversas ações judiciais que encontram-se em andamento.

15.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	Instâncias	Ativo			
		31/03/2014	31/12/2013	Depósito Judicial	
				31/03/2014	31/12/2013
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	78	75	35	35
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm	93.163	88.590		1
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm	2.310	2.286		
Total		95.551	90.951	35	36

15.1.2.1 Cíveis

Indenizações

As ações de natureza cível, em sua grande maioria, referem-se a ações descritas na nota 15.1.1.2 - Indenizações, no montante de R\$93.163 em 31 de março de 2014 (R\$88.070 em 31 de dezembro de 2013).

Resolução CNPE nº 03/2013

As empresas de geração do Grupo EDP - Energias do Brasil, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE e da Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica - ABRAGEL, ajuizaram ação judicial visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/2013, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema - ESS).

Entre 27 de maio de 2013 foi concedida liminar no âmbito das ações ordinárias em tramite na 4ª Vara Federal do Distrito Federal, tornando sem efeito o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/2013, impedindo de incluí-las no rateio dos custos calculados conforme CNPE nº 03/2013. Esta limina está vigente até a atualidade.

Baseados nos fatos e argumentos acima, os assessores jurídicos da Companhia classificaram o risco de perda como possível, motivo pelo qual não se constitui provisão. O valor estimado em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é de R\$91.

15.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista e cível em andamento, cuja perda foi estimada como remota. O saldo dos depósitos judiciais em 31 de março de 2014 é de R\$6 (R\$11 em 31 de dezembro de 2013), correspondentes a ações trabalhistas.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

15.2 Licenças Ambientais

O montante de R\$9.988 (R\$10.284 em 31 de dezembro de 2013) refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O reconhecimento desses custos ocorreu contra o Imobilizado, pelos tais estarem associados ao Projeto Básico Ambiental sendo, portanto, tratados como custo da usina. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

	Saldo em 31/12/2013	Realizações	Atualização Monetária	Saldo em 31/03/2014
Circulante				
Licenças ambientais	4.339	(559)		3.780
Não Circulante				
Licenças ambientais	5.945		263	6.208
Total	10.284	(559)	263	9.988

16 Patrimônio líquido

16.1 Capital social

De acordo com Estatuto Social, o capital social em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é de R\$961.794. Para fins de demonstrações financeiras, o capital social apresentado pela Companhia em 31 de março de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 é de R\$804.459 que corresponde às ações ordinárias e ações preferenciais classe "R". O montante em 31 de março de 2014 de R\$157.335 (R\$ 157.335 em 31 de dezembro de 2013) é correspondente às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C". Devido à suas características, essas ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida e ajustadas a valor presente por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Companhia não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39 (notas 11 e 22.2.1).

Em 23 de outubro de 2013, a Companhia comunicou ao mercado que recebeu correspondência enviada pela controladora Lajeado Energia esclarecendo acerca do resgate das ações preferenciais de classe "A", "B" e "C". Na referida correspondência, a Lajeado Energia ratifica o entendimento de que, com base nas características e condições estatutárias referentes às Ações Preferenciais e respectiva remuneração, e ainda, a origem das referidas Ações Preferenciais, irá resgatar, até o término do contrato de concessão da Companhia, ou seja, até 15 de janeiro de 2033, as ações preferenciais de classe "A", "B" e "C" de emissão da Companhia.

A composição do capital social em 31 de março de 2014 segue conforme demonstrado a seguir, não tendo ocorrido variações face a 31 de dezembro de 2013:

31/03/2014												
Em milhares de ações												
	Qtd de ações "ON"	% Participa- ção	Qtd de ações "PNR"	% Participa- ção	Qtd de ações "PNA"	% Participa- ção	Qtd de ações "PNB"	% Participa- ção	Qtd de ações "PNC"	% Participa- ção	Total	% Participa- ção
Acionistas												
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	980	6,02	1.031	20,00			133.563	16,98
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	343	2,11	361	7,00			46.747	5,94
EDP - Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53	35.947	4,57
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	6.684	41,04	3.764	73,00			490.615	62,39
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45					6.425	0,82
Furnas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13					1.650	0,21
Outros					207	1,25			71.252	66,47	71.459	9,09
	402.202	100,00	255.560	100,00	16.289	100,00	5.156	100,00	107.199	100,00	786.406	100,00

16.2 Destinação do lucro

Os lucros líquidos apurados em cada período serão destinados sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto no artigo 202, incisos I, II e III da Lei nº 6.404/76 e artigo 29 do Estatuto Social, da seguinte forma:

- 5% da Reserva legal, que não excederá 20% do Capital social;
- uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser destinada à formação de reservas para contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei nº 6.404/76;
- uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo fixo assegurado às ações preferenciais;
- serão destinados ao pagamento de dividendos às ações ordinárias 25% do lucro líquido, diminuídos ou acrescidos dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da Reserva legal; (ii) importância destinada à formação da Reserva para Contingências (artigo 29, "b", supra), e reversão da mesma reserva formada em períodos anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão da Reserva de Lucros a Realizar formada em períodos anteriores, nos termos do artigo 202, inciso III da Lei nº 6.404/76;
- uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76;
- no período em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do período, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da Administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei nº 6.404/76; e
- o lucro remanescente, por proposta dos órgãos de Administração, poderá ser total ou parcialmente destinado à constituição da Reserva de Investimentos, observado o disposto no parágrafo 2º, infra, e o artigo 194 da Lei nº 6.404/76.

De acordo com os artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis de classes "A" e "C" tem as seguintes vantagens:

- recebimento de dividendos suplementares aos 3% inicialmente descritos no artigo 8º alínea B do Estatuto Social, caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores;
- prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia; e
- igualdade de condições em relação às demais classes e espécie de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

17 Receitas

	Períodos de 3 meses findos em 31 de março			
	MWh (*)		R\$	
	2014	2013	2014	2013
Suprimento de Energia elétrica	10.497	11.211	1.527	1.505
Energia de curto prazo			122	135
	10.497	11.211	1.649	1.640
Receitas com operações de energia elétrica	10.497	11.211	1.649	1.640
Arrendamentos e aluguéis			55.276	52.874
Outras receitas operacionais			150	163
Receita operacional bruta	10.497	11.211	57.075	54.677
(-) Deduções à receita operacional			(5.792)	(5.549)
PIS/COFINS			(5.279)	(5.058)
P&D			(513)	(491)
Receitas	10.497	11.211	51.283	49.128

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

18 Gastos operacionais

	Períodos de 3 meses findos em 31 de março					
	2014				2013	
	Custo do serviço		Despesas operacionais			
Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total	
Não gerenciáveis						
Moeda nacional	75				75	13
Encargos de uso da rede elétrica	343				343	354
Taxa de fiscalização				4	4	4
Compensações financeiras				93	93	74
	418	-	-	97	515	445
Gerenciáveis						
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada (i)		1.596	1.415		3.011	2.227
Material		181	65		246	154
Serviços de terceiros		1.590	2.456		4.046	2.322
Depreciação		8.954	70		9.024	9.067
Amortização		170	25		195	200
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas				(69)	(69)	503
Aluguéis e arrendamentos				72	72	99
Outras		17	515		532	452
	-	12.508	4.618	(69)	17.057	15.024
Total	418	12.508	4.618	28	17.572	15.469

19 Resultado financeiro

	Nota	Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
		2014	2013
Receitas financeiras			
Renda de aplicações financeiras e cauções		379	17
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	6	223	
Ajuste a valor presente uso do bem público	14	79	
Outras receitas financeiras		91	56
		772	73
Despesas financeiras			
Juros e multa sobre impostos			(7)
Encargos de dívidas	11.2	(8.018)	(2.308)
Atualização monetária de licenças ambientais		(263)	(108)
Ajuste a valor presente - Ações preferenciais	11.2	(1.616)	(3.375)
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		(314)	(287)
Atualização monetária uso do bem público	14	(1.786)	(725)
Ajuste a valor presente uso do bem público	14		(318)
Benefícios pós-emprego		(23)	(25)
Outras despesas financeiras		(22)	(7)
		(12.042)	(7.160)
		(11.270)	(7.087)

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

20 Imposto de renda e contribuição social

	Períodos de 3 meses findos em 31 de março			
	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2014	2013	2014	2013
Lucro antes do IRPJ e CSLL	22.441	26.572	22.441	26.572
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(5.610)	(6.643)	(2.020)	(2.391)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes				
Doações	(25)		(9)	
Gratificações a administradores	(9)	(4)	(3)	(2)
Ajustes na DIPJ referente período social anterior		375		135
Incentivos fiscais				
Adicional IRPJ	6	6		
Despesa de IRPJ e CSLL	(5.638)	(6.266)	(2.032)	(2.258)
Alíquota Efetiva	25,12%	23,58%	9,05%	8,50%

21 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia para é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

No período de 2014, a Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do período. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o período é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2014	2013
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas	14.771	18.048
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	786.406	786.406
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	0,01878	0,02295
ON	0,00961	0,01174
PNR	0,00610	0,00746
PNA	0,00039	0,00048
PNB	0,00012	0,00015
PNC	0,00256	0,00313

22 Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/09, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 2/11 e Instrução CVM nº 475/08, quando aplicável, a Companhia efetua avaliação de seus instrumentos financeiros.

22.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

22.2 Classificação dos instrumentos financeiros

	Nota	Categoria	Níveis	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
				Valor Justo	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Contábil
Ativos financeiros							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	3	Valor justo por meio do resultado	Nível 1	9.547	12.507	9.547	12.507
Caixa e equivalentes de caixa	3	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	40.189	10.153	40.189	10.153
Concessionárias	4	Empréstimos e recebíveis	Nível 1	604	683	604	683
Rendas a receber	5	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	18.425	17.624	18.425	17.624
				68.765	40.967	68.765	40.967
Passivos financeiros							
Circulante							
Fornecedores		Outros ao custo amortizado	Nível 2	2.963	3.708	2.963	3.708
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	11	Outros ao custo amortizado	Nível 2	19.834	10.637	19.834	10.637
Uso do bem público	14	Outros ao custo amortizado	Nível 2	4.103	4.057	4.103	4.057
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	11	Outros ao custo amortizado	Nível 2	77.510	77.073	77.510	77.073
Partes relacionadas	8	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	102	86	102	86
Uso do bem público	14	Outros ao custo amortizado	Nível 2	41.570	40.861	41.570	40.861
				146.082	136.422	146.082	136.422

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

22.2.1 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós fixadas e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil que equivalem ao seu valor justo exceto para determinados Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, que nestes casos, o valor contábil pode diferir ao seu valor justo.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Caixa e equivalentes de caixa: são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata que equivalem a valor justo. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

(ii) Concessionárias e Fornecedores: são compostos, principalmente, de contratos de suprimentos de energia elétrica, encargos de uso da rede e energia de curto prazo com taxas definidas no mercado regulado pela ANEEL e, pelo fato deste saldo ter giro constante, não são aplicadas metodologias de valor justo para esta rubrica.

(iii) Rendas a receber: refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, no qual a Companhia arrendou junto à controladora e às demais concessionárias do Consórcio da UHE Lajeado, CEB Lajeado e Paulista Lajeado Energia, os ativos que compõem a UHE Lajeado. A remuneração implícita neste contrato é de 8,83%, sobre 99% do ativo imobilizado líquido, atualizado pelo IPCA medido pelo IBGE, acrescido de 99% do valor da depreciação do mesmo período.

(iv) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas: são valorizados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Na categoria de empréstimos temos constituídas as Ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Companhia, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

Devido à suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Companhia não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39. A estimativa de valor justo foi efetuada considerando as condições acima descritas para pagamento dos dividendos. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2033 (término da concessão) e trazido a valor presente pela taxa de desconto de 8,70% a.a.

(v) Partes relacionadas: é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL, contratos de compra e venda de energia e arrendamento, sem conflitos de interesses e em condições reais de mercado, contemplando apenas os valores devidos sem acréscimos de nenhum tipo.

(vi) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, pela taxa implícita no projeto de 6% que representa o custo médio de capital na data da assinatura dos contratos de concessão na modalidade de UBP para a Companhia.

22.2.2 Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no período.

22.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de março de 2014 a Companhia não possui riscos de mercado associados a dívida.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

22.3.1 Análise de sensibilidade

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/08, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

Operação	Risco	Aging cenário provável	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
		Até 1 ano	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Instrumentos financeiros ativos	CDI	4.219	4.219	1.055	2.105	(1.156)	(2.311)
		4.219	4.219	1.055	2.105	(1.156)	(2.311)

A curva futura do indicador financeiro CDI, está de acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Companhia. O indicador CDI teve seus intervalos entre 8,50% e 10,50% a.a..

22.4 Risco de liquidez

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3), Concessionárias (Nota 4) e Rendas a receber (Nota 5). A Companhia, em 31 de março de 2014, tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata. Para Concessionárias e Rendas a receber, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

22.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Rendas a receber, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

23 Compromissos contratuais e Garantias

23.1 Compromissos contratuais

Em 31 de março de 2014, os compromissos das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não estão registrados nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	31/03/2014			
	Total Geral	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos
Responsabilidades com locações operacionais	447	124	210	113
Obrigações de compra	29.552	16.185	11.586	1.781
	29.999	16.309	11.796	1.894

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia. Para os itens que não estão registrados nas informações contábeis intermediárias, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

As obrigações de compra incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

23.2 Garantias

Tipo de garantia oferecida	31/03/2014	31/12/2013
Aval de acionista	7.633	7.907
Fiança Bancária	635	635
Garantias em recebíveis	19.696	20.354

24 Eventos subsequentes

24.1 Assembleia Geral Ordinária

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 09 de abril de 2014, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 com distribuição de dividendos no valor de R\$26.109 aos acionistas detentores de ações ordinárias, dividendos no valor de R\$8.018 aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A" e "C", JSCP no valor de R\$41.811 aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais de Classe "R" e JSCP no valor de R\$12.067 aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A", "B" e "C" a serem pagos, sem ajuste, no decorrer do exercício de 2014.

Adicionalmente a destinação do lucro líquido, também foram deliberados:

(i) Aprovação da remuneração global anual da Diretoria no montante de até R\$350, do Conselho de Administração de até R\$100 e do Conselho Fiscal de até R\$108, cuja distribuição individual será deliberada pelo Conselho de Administração nos termos do Estatuto Social da Companhia.

(ii) Substituição do cargo de Presidente do Conselho de Administração para o Sr. Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas, em substituição da Sra. Ana Maria Machado Fernandes

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Conforme Art.20 da Instrução CVM nº 480/09, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Todas as informações julgadas relevantes pela Companhia estão contempladas no relatório da administração e nas notas explicativas às informações contábeis intermediárias.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

Investco S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Investco S.A. contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia,

cujas apresentações nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 07 de maio de 2014

PricewaterhouseCoopers

Audidores Independentes

CRC 2SP000160/O-5 "S" TO

Valdir Renato Coscodai

Contador CRC 1SP165875/O-6 "S" TO

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Nós, membros do Conselho Fiscal da Investco S.A., com base no Parecer dos Auditores Independentes - PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e, tendo examinado as Informações Contábeis Intermediárias e Relatório da Administração do período findo em 31 de março de 2014, manifestamo-nos, por unanimidade, com parecer favorável às Informações Contábeis Intermediárias tendo em vista que as peças retratam adequadamente a situação econômico-financeira da Companhia e, assim, consideramos que tais peças podem ser submetidas aos Senhores Acionistas para aprovação em Assembleia Geral.

São Paulo, 7 de maio de 2014.

ALLAIN BRASIL BERTRAND JÚNIOR

Conselheiro Efetivo

FELIPE HA JONG KIM

Conselheiro Efetivo

MARCO ANTONIO VIEIRA

Conselheiro Efetivo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM 480/2009, declaram que em 7 de maio de 2014, reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis Intermediárias da Companhia para o período findo em 31.03.2014.

Luiz Otavio Assis Henriques

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Paulo Eduardo de Almeida Godoy

Diretor Vice-Presidente

João Marcos Assis da Silva

Diretor Vice-Presidente

Plácido Gonçalves Meirelles Junior

Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

Andréa Mazzaro Carlos de Vincenti

Diretora Jurídica

José Cherem Pinto

Diretor Vice Presidente de Controle

Stella Maris Moreira Fuão

Diretora Administrativa e Financeira

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM 480/2009, declaram que em 7 de maio de 2014, reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis Intermediárias da Companhia para o período findo em 31.03.2014, bem como declaram que nessa mesma data, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

Luiz Otavio Assis Henriques

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Paulo Eduardo de Almeida Godoy

Diretor Vice-Presidente

João Marcos Assis da Silva

Diretor Vice-Presidente

Plácido Gonçalves Meirelles Junior

Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

Andréa Mazzaro Carlos de Vincenti

Diretora Jurídica

José Cherem Pinto

Diretor Vice Presidente de Controle

Stella Maris Moreira Fuão

Diretora Administrativa e Financeira